

# ALIANÇA PELA AGROECOLOGIA NA AMÉRICA LATINA: POTENCIALIDADES E DESAFIOS

■ Gabriel B. Fernandes e Jorge O. Romano

Os últimos quinze anos marcaram um ciclo de renovação política em vários países da América Latina que foi ganhando corpo com a eleição e a reeleição de governos mais alinhados a um ideário democrático-popular. A partir de propostas visando democratizar as instituições políticas, muitos desses governos *mais progressistas* vieram a reconhecer o caráter plurinacional do Estado em seus respectivos países, fato particularmente relevante, pois significa o reconhecimento oficial de populações historicamente deixadas às margens das políticas públicas. Alguns desses governos também formularam projetos de desenvolvimento com foco na superação da pobreza e das desigualdades sociais que caracterizam a região.

Embora não respondesse a um projeto comum pensado como tal para a região, essa onda de progressismo foi emergindo e se consolidando como reação aos efeitos negativos gerados por mais de uma década de neoliberalismo, modelo apresentado como alternativa à estagnação econômica e à inflação das décadas anteriores.

No campo, nos diferentes países da região, o modelo neoliberal agravou os efeitos que já eram sentidos em decorrência da industrialização da agricultura: aumento na concentração de terras, restringindo a agricultura familiar camponesa e indígena a minifúndios; expropriação de áreas comunitárias em favor das monoculturas e em prejuízo de cultivos como milho, arroz e feijão, afetando a soberania alimentar dos países da região; e a deterioração do padrão alimentar pela introdução massiva de produtos industrializados. Acordos de livre comércio impuseram a redução das tarifas de importação,

forçando a queda dos preços dos produtos agrícolas no mercado interno. Essas medidas afetaram a renda dos produtores locais e submeteram a população a um padrão de alimentos globalizados, ultraprocessados e derivados de monoculturas transgênicas contaminadas com níveis crescentes de agrotóxicos. A perda de hábitos alimentares e a acentuação de agravos à saúde coletiva em função do aumento do consumo de agrotóxicos são faces complementares do sistema agroalimentar dominante, que compromete a soberania alimentar na região.

Em que pese o questionamento ao dogma neoliberal e a retomada parcial do papel regulador dos Estados nacionais, as forças políticas progressistas que assumiram governos da região não chegaram nem mesmo a pautar as reformas estruturais necessárias para romper com o sistema de poder responsável pela manutenção de profundas assimetrias sociais e de acelerados processos de destruição da natureza.

Em muitos casos, os governos progressistas orientaram suas economias para a atividade primária, valendo-se de um longo período de alta dos preços de *commodities* agrícolas, minerais e energéticas, o que lhes proporcionou os meios econômicos para promover investimentos em obras de infraestrutura, transporte, educação e nas demais frentes de atuação estatal necessárias à promoção de um desenvolvimento inclusivo e à superação da pobreza. No entanto, o progressismo em muitos desses países deu lugar a um ciclo neodesenvolvimentista de caráter nacional, que acabou mais uma vez privilegiando os interesses do grande capital.

Diante desse contexto, cumpre agora perguntar: até que ponto esse modelo político-econômico, na prática, entraria em contradição com as agendas da reforma agrária, do fortalecimento da agricultura familiar camponesa, da soberania alimentar e da Agroecologia, construídas ao longo de décadas por organizações do campo que contribuíram decisivamente para a eleição desses governos?

## AGROECOLOGIA COMO UMA CONSTRUÇÃO LATINO-AMERICANA

Os investimentos maciços de sucessivos governos da região na modernização da agricultura, segundo os moldes da Revolução Verde, ainda que tenham levado ao aumento da produção agropecuária e de seu valor total, culminaram no estabelecimento de um modelo que deteriora os meios dos quais depende sua própria manutenção, passando assim a representar uma ameaça a si mesmo (IPES-FOOD, 2016, p.9).

Grande parcela da agricultura familiar, camponesa e indígena foi penalizada ou marginalizada por esse processo e passou a resistir e a se organizar das mais diferentes formas. As variadas estratégias de resistência envolveram a luta pelo acesso, permanência e preservação da terra e dos territórios historicamente ocupados por esses povos e comunidades. O uso crescente de agrotóxicos, por outro lado, mobilizou técnicos e pesquisadores na contestação do modelo e no desenvolvimento de alternativas.

Assim, a partir da década de 1980, a Agroecologia emergiu, principalmente na América Latina, como uma alternativa ao modelo agrícola então dominante, servindo de referência para ONGs e agricultores mais empobrecidos compreenderem que os conhecimentos e a formação dos agrônomos eram inadequados à realidade da maioria dos agricultores dos países da região (FLORES; SARANDÓN, 2014, p. 99).

Passados mais de 30 anos, a luta desses diferentes setores, incluídos aqui cientistas e pesquisadores engajados, contribuiu decisivamente para afirmar em escala mundial o caráter multifuncional, multi-identitário e pluriativo da agricultura familiar, tanto é que 2014 foi declarado pela FAO como o Ano Internacional da Agricultura Familiar. Logo no ano seguinte, em 2015, organizações sociais de todos os continentes se reuniram no Fórum Internacional sobre Agroecologia e produziram a *Declaração de Nyéléni*, uma referência de âmbito mundial que expressa a visão, os princípios e as estratégias comuns da Agroecologia (ANDERSON et al., 2015).

O avanço das experiências foi agregando novas e convergentes dimensões da agenda pública ao processo de construção do conceito e das práticas de Agroecologia, como a promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional; mudanças nas relações sociais de gênero (luta feminista contra o patriarcalismo e a violência contra as mulheres, bem como pelo reconhecimento de seus papéis na agricultura); o desafio da sucessão no campo e as perspectivas da juventude rural como nova geração de profissionais da agricultura familiar; o enfoque ter-

ritorial para o desenvolvimento rural, procurando superar a dicotomia rural-urbano com a construção de circuitos de comercialização baseados nos princípios da economia solidária; e o acesso às políticas públicas. Essas grandes questões vieram a se somar a temas e preocupações que ajudaram a conceber o conceito de Agroecologia desde suas origens, como as noções de ecologia dos agroecossistemas, a ecologia dos sistemas alimentares, os sistemas tradicionais de conhecimento e as bases científicas da agricultura sustentável (WEZEL et al., 2009).

E é por isso que a Agroecologia é hoje entendida e praticada na América Latina como enfoque para a unificação de bandeiras do movimento camponês e de luta pela terra, constituindo um movimento de organização política, de recuperação da autoestima e de afirmação de identidades socioculturais. É vista também como uma estratégia de manejo técnico dos agroecossistemas para conservar os solos, a água e a biodiversidade e para enfrentar os agrotóxicos por meio da diversificação, da rotação e da integração de cultivos, árvores e animais e da produção local de insumos. Além disso, a Agroecologia é entendida e praticada como estratégia para a produção de comida de verdade e de alimentos saudáveis, para o incremento do autoconsumo e para a realização do direito humano à alimentação adequada. É ainda uma estratégia de organização das economias agrícolas para a geração de rendas estáveis e de mercados sem atravessadores. É método de conservação e de livre troca de sementes crioulas na luta contra os transgênicos. É caminho para minimizar riscos climáticos aos quais a agricultura está cada vez mais suscetível. E é também um enfoque para a pesquisa participativa e o conhecimento e educação contextualizados, para o diálogo de saberes e para a troca de experiências de agricultor para agricultor. A Agroecologia é uma prática, uma ciência e um movimento (WEZEL et al., 2009).

## ALIANÇA PELA AGROECOLOGIA

Dez organizações de sete países da região<sup>1</sup> iniciaram, em 2010, a retomada de contatos e de trocas a partir de iniciativas anteriores que mantiveram em espaços organizativos como o Consórcio Latino-Americano de Agroecologia e Desenvolvimento (Clades), o Movimento Agroecológico Latino-Americano (Maela) e o projeto Conservação da Diversidade com Base na Comunidade (CBDC, na sigla em inglês). Essa retomada levantou questões sobre o momento que enfrentavam em seus países no que se refere ao ambiente político para a construção da Agroecologia, considerando as conquistas e os desafios frente ao avanço do agronegócio e às contradições nas relações com os governos, mesmos os mais progressistas.

A identificação de desafios comuns deu origem a um projeto que teria como objetivo proporcionar intercâmbios com vistas a entender como cada uma dessas organizações vinha praticando o enfoque da Agroecologia e como vinham se dando as relações entre os atores estatais e não estatais e seus efeitos práticos no que tange à inovação nas políticas públicas.

No final de 2011, a União Europeia lançou um edital cujos objetivos convergiam com o projeto que vinha sendo desenhado pelas organizações.<sup>2</sup> A proposta apresentada ao edital foi contemplada, viabilizando uma ação de três anos (2014-16) que levou o nome de *Aliança pela Agroecologia*. Ao longo do projeto, as organizações realizaram, entre outras atividades, estudos de casos sobre impactos da Agroecologia e sistematizações de experiências de incidência sobre as políticas públicas.<sup>3</sup> Uma parte desse material foi organizada na forma dos artigos que compõem estas edições especiais da *Revista Agriculturas* (em português) e da *Leisa Revista de Agroecología* (em espanhol), produzidas, respectivamente, pela AS-PTA, no Brasil, e pelo ETC-Andes, no Peru.

## IMPACTOS DA AGROECOLOGIA

Todos os artigos aqui apresentados trazem evidências concretas das vantagens da Agroecologia, inclusive apontando suas contribuições diretas para atingir 10 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A esse respeito, ver também artigo de Michael Farrelly (p. 78), que apresenta uma compilação de 50 estudos de caso realizados em 22 países africanos reforçando a Agroecologia como caminho mais consistente para a agricultura no continente. Do ponto de vista ambiental e do uso sustentável dos ecossistemas (ODS 6, 11, 13 e 15), as experiências relatadas reafirmam a multifuncionalidade da agricultura familiar camponesa e indígena.

A produção de alimentos saudáveis e de qualidade tem sua origem em sistemas diversificados que consorciavam e integram, no tempo e no espaço, frutas, hortaliças, cultivos anuais, espécies aromáticas e medicinais, árvores com diferentes finalidades e criações animais. A introdução de espécies arbóreas nos agroecossistemas revela uma cultura de preservação ambiental que cresce entre as famílias agricultoras. Essa estratégia está presente nos sistemas agroflorestais desenvolvidos em Pando, na Amazônia boliviana (p. 47), e também em San Ramón, na Nicarágua, onde unidades produtivas com áreas de apenas cinco hectares incorporaram em média 1.200 árvo-

<sup>1</sup> Brasil, AS-PTA (Coord.) e Actionaid Brasil; Bolívia, Centro de Pesquisa e Promoção do Campesinato (Cipca); Colômbia, Instituto Maior Campesino (Imca) e Rede Colombiana de Agricultura Biológica (Recab); Equador, Coordenação Equatoriana de Agroecologia (CEA); Guatemala, Fundação para o Desenvolvimento e o Fortalecimento das Organizações de Base (Fundebase); Paraguai, Rede Rural; Nicarágua, Serviço de Informação Mesoamericano sobre Agricultura Sustentável (Simas) e União Nacional de Agricultores e Pecuáristas da Nicarágua/Programa Camponês a Camponês (Unag/PCaC).

<sup>2</sup> *Strengthening the Capacities of Non-State Actor. Actions in partner countries (Multi-country)*.

<sup>3</sup> Outras informações sobre o projeto estão disponíveis em: [www.alianzaagroecologia.redelivre.org.br](http://www.alianzaagroecologia.redelivre.org.br)

...A PARTIR DA  
DÉCADA DE 1980,  
A AGROECOLOGIA  
EMERGIU,  
PRINCIPALMENTE  
NA AMÉRICA  
LATINA, COMO  
UMA ALTERNATIVA  
AO MODELO  
AGRÍCOLA ENTÃO  
DOMINANTE...

res, que protegem os solos e as fontes de água e criam microclimas favoráveis aos cultivos agrícolas e criações animais (p. 10). A recuperação de sementes crioulas e acriouladas, adaptadas e resistentes às condições locais de cultivo, associada ao cuidado com o solo formam a base da saúde desses sistemas e lhes permitem dispensar agrotóxicos e fertilizantes sintéticos.

Os ODS 1 e 2 tratam, respectivamente, de *Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares* e de *Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável*. Nesse sentido, podemos destacar que, em todos os casos apresentados, mesmo com pouca terra disponível, a diversificação dos agroecossistemas aumenta a produção de alimentos em qualidade e quantidade, melhorando a nutrição das famílias, que também incrementam sua renda a partir da comercialização de seus produtos.

A experiência sistematizada no Brasil ilustra exatamente esse ponto, ao descrever a trajetória de emancipação social e econômica de uma família de agricultores sem terra beneficiária do programa de reforma agrária (p. 65). Por estar vinculada a uma articulação regional de organizações da agricultura

familiar, o Polo da Borborema, essa família combinou recursos de políticas públicas com recursos mobilizados de uma base territorial de bens comuns para a conformação de uma unidade diversificada que assegura elevado nível de autoabastecimento alimentar e que permite que ela se insira em diferentes mercados locais para a venda de seus produtos. Resultado semelhante é visto na Colômbia, na experiência da Associação de Pequenos Cafeicultores de La Marina (Asopecam), que gere o uso compartilhado e a compra de ferramentas e outros materiais necessários à produção, bem como organiza mutirões, trabalhos coletivos e trocas de serviços, de sementes, entre outros bens e saberes (p. 28)

As experiências aqui relatadas estão em consonância com o ODS 12 *Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis*. Afinal, a venda por meio de atravessadores vem sendo superada a partir da constituição de feiras, da comercialização direta, dos mercados de vizinhança e também por meio de uma economia de reciprocidade baseada em trocas, doações e relações não monetarizadas. Essas modalidades fortalecem vínculos comunitários e aproximam produtores e consumidores. Os mercados e espaços de comercialização geridos pelos agricultores permitem que estes se apropriem de parcela crescente da renda gerada na propriedade, favorecendo padrões de produção e de consumo mais justos e sustentáveis.

Essa conclusão também reflete os resultados de três experiências na Colômbia, como a da já mencionada Asopecam, que permitiu a seus sócios aumentar suas rendas, tanto pelo comércio justo do café orgânico como pela implementação nas propriedades de hortas para o autoconsumo familiar. Outro exemplo é a Rede de Mercados Agroecológicos do Vale do Cauca, formada por 14 mercados abastecidos por agricultores que foram expulsos das terras mais férteis do lugar pela monocultura da cana. Já no departamento de Risaralda, uma rede composta por universidades, associações autônomas regionais e organizações de produtores vem constituindo Sistemas Participativos de Garantia. Neles, produtores e consumidores avaliam as práticas de manejo e o padrão de qualidade dos alimentos num processo de autocertificação baseado na confiança mútua.

No Paraguai, os agricultores organizados na Central de Produtores e Feirantes Hortigranjeiros na Ciudad del Este ampliaram e consolidaram uma experiência anterior de criação de uma feira na cidade (p. 56). A Central é gerida por cerca de 400 sócios, envolve mais de 1.500 produtores e recebe semanalmente entre 10 e 12 mil consumidores. Estruturar e assegurar um espaço próprio de comercialização foi o caminho que essas organizações da agricultura familiar de Alto Paraná encontraram para enfrentar os desafios de garantir sua segurança alimentar e gerar renda, além de defender suas terras como lugar de produção e de vida. Outro fator para se chegar a essa escala foi o investimento em comunicação. Ao longo de seus 19 anos de existência, a Central conseguiu obter apoio de rádios locais, canais de TV e veículos regionais de imprensa para divulgação de suas atividades.

As experiências sistematizadas também mostram que a contribuição das mulheres é decisiva para a prática da Agroecologia. São elas que sustentam as atividades de produção, comercialização e cuidado da casa, dos filhos e dos parentes idosos, exercendo, portanto, papel preponderante na economia familiar. Tudo isso lhes exige enorme esforço. A busca do protagonismo das mulheres nas experiências agroecológicas remete a outro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que visa *Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas* (ODS 5).

Ilustrando esse esforço, a Central de Produtores de Alto Paraná conta com um pátio de comidas típicas paraguaias que foi idealizado e é gerido pelas mulheres. Já o caso da Serra Sul do Equador mostra que tanto a economia da produção como o autoconsumo e a comercialização têm presença feminina marcante, fato que também se repete na sustentação da organização social da comunidade e da Rede Agroecológica da província de Loja (p. 36). A contribuição das mulheres tem ainda grande relevância nas atividades não agrícolas, por meio da agregação de valor aos produtos e do mercado gastronômico. Não obstante, esse mesmo caso revela que a participação social em reuniões organizativas e o trabalho fora de casa ainda estão em grande parte sob a responsabilidade dos homens.

A experiência trazida pela organização guatemalteca Fundebase, ressalta que o enfoque participativo e de *aprender fazendo* tem gerado metodologias valiosas e resultados consideráveis para o fortalecimento da proposta agroecológica no país, especialmente por favorecer a inclusão e o reconhecimento de jovens e mulheres como atores prioritários da Agroecologia, *uma vez que a superação dos desafios da sucessão geracional e da segurança alimentar está em suas mãos*, afirmam os autores (p. 20). Assim, ao participar das formações baseadas no método de camponês a camponês, a juventude vai adquirindo ferramentas e capacidades para assumir a liderança local e municipal.

Esses casos também geram efeitos que contribuem para *Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades* (ODS 3) e para *Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos* (ODS 8). Em Anzaldo, na região dos vales bolivianos, o aumento da produção de frutas e hortaliças resultante da implementação de estufas irrigadas associadas a sistemas comunitários de manejo de microbacias tem permitido às famílias economizar tempo e dinheiro, já que os deslocamentos até a cidade para a compra de alimentos já não são tão frequentes como antes (p. 47).

Na base de todas as experiências aqui relatadas está o fortalecimento de organizações locais. Esses processos e os enredamentos que deles derivam são ao mesmo tempo produto e meio da prática agroecológica. Em San Carlos Alzate, Guatemala, por exemplo, as famílias e agricultores organizados

apresentaram às autoridades locais uma solicitação formal para a realização de uma consulta municipal acerca de um projeto de mineração no território (p. 20). No caso da Central de Produtores e Feirantes Hortigranjeiros de Alto Paraná, o tripé protagonismo comunitário, compromisso e participação tem permitido valorizar o trabalho camponês no Paraguai (p. 56), aumentando a autoestima desses agricultores e conformando uma identidade de feirantes. No município de San Ramón, Nicarágua, a promoção da Agroecologia tem permitido fortalecer redes de desenvolvimento nos âmbitos da produção, do cuidado com o meio ambiente e do consumo de alimentos saudáveis. As famílias ligadas a organizações sindicais ou comunitárias acessam novos conhecimentos e, com base nessas aprendizagens, assumem o papel de promotores da Agroecologia nas suas comunidades e municípios (p. 10). A experiência vinda da Borborema, Paraíba, Brasil, apresenta uma ressignificação do papel das organizações locais, sobretudo dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, a partir de sua opção de valorizar o saber local, promover intercâmbios de experiências entre agricultores e fomentar mecanismos comunitários, como bancos de sementes, viveiros e fundos rotativos solidários (p. 65). Além de fortalecer as capacidades das organizações sociais para a execução e o controle do uso de recursos públicos, essa abordagem tem contribuído para romper com a cultura clientelista responsável pela reprodução de relações de subordinação política e econômica das parcelas mais empobrecidas da população rural ao poder oligárquico regional.

Esta compilação de casos mostra que a Agroecologia, com seus múltiplos benefícios, desafios e ameaças, vem se afirmando como um enfoque estratégico não apenas para o campesinato, mas para a sociedade de forma mais ampla, ao exercer forte influência em esferas como alimentação, saúde, economia, meio ambiente, cultura, relações sociais e participação política.

## A AGROECOLOGIA COMO CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA

Do ponto de vista das políticas públicas, Paraguai, Colômbia, Guatemala e Equador relatam não haver apoio algum por parte do governo federal para as ações voltadas para a agricultura familiar que fortaleçam a perspectiva agroecológica. No entanto, em todos os países da região é possível identificar lógicas antagônicas, representadas pelas tentativas recentes de liberação dos transgênicos, pelo apoio à agricultura voltada para a exportação e pelo conflito com a expansão das monoculturas. Por outro lado, na esfera municipal, Equador, Colômbia e Nicarágua relatam a existência de políticas locais que contribuem para os processos de promoção da Agroecologia impulsionados pela agricultura familiar.

O governo brasileiro colocou em prática no decorrer das últimas décadas um conjunto de políticas para a agricultura familiar, outras voltadas para o desenvolvimento social e outras para a segurança alimentar que, em seu conjunto, vinham permitindo importantes avanços no campo. A agricultura familiar conseguiu se afirmar enquanto produtora de alimentos para o mercado interno, porém, num *modelo dual*, que teve o agronegócio de exportação como seu polo hegemônico.

Junto com o avanço da agricultura familiar, a Agroecologia foi pela primeira vez assumida como orientadora de políticas públicas específicas. Entretanto, até o início dos anos 2000, havia um arranjo institucional centrado em ONGs, conseguindo ocasionalmente apoio de governos locais, conformando *ilhas de excelência*, com um número limitado de pessoas – de produtores e consumidores – acessando os benefícios da Agroecologia. Após esse primeiro momento, houve uma mudança no arranjo institucional da promoção da Agroecologia que levou a uma ampliação do contingente de pessoas beneficiadas.

Ao ser alçada à política pública, a Agroecologia passou a envolver um conjunto amplo de atores: governos nos seus três níveis (federal, estadual e local), sociedade civil, movimentos sociais, associações, cooperativas, escolas públicas, instituições de assistência social e do sistema de saúde, e com expectativas de engajamento de agentes do mercado. De *ilha de excelência* criou as bases para se tornar *um continente*. Isto é, uma política pública em nível nacional, uma construção democrática, uma alternativa para a segurança e soberania alimentar, abrangendo um universo muito maior e diverso de famílias de produtores, como também do público consumidor dos alimentos saudáveis. A Agroecologia representou, portanto, um salto quantitativo e qualitativo, tanto por seu impacto para um conjunto maior da população como pelo processo participativo de formulação e implementação dessas políticas.

A institucionalização do enfoque agroecológico contribuiu para a democratização do Estado e das políticas públicas. Isto é, a formulação e a implementação de políticas agroecológicas foi um dos casos de inovação nas instituições democráticas, ao fomentar a ativa participação de agricultores familiares, populações tradicionais, suas organizações, movimentos sociais, ONGs, universidades, redes, plataformas e fóruns em diálogo intenso com atores governamentais.

Entre conquistas e retrocessos, o fato é que a América Latina se converteu nas últimas décadas em laboratório e arena de disputa pelo significado e consolidação da democracia. Temos vivido uma tensão pendular entre tentativas de articulação de formas de democracias representativas e participativas com inovações democráticas inclusivas (*demodiversidade*) e momentos de *democracia de elites*, com regressões autoritárias conservadoras.

Nos momentos de inovação tem se valorizado o reconhecimento da diversidade, seja no plano do princípio fundador, com o desenho de Estados plurinacionais, ou até no nível de políticas públicas, com a promoção simultânea e complementar de

políticas universais e políticas específicas contemplando os direitos de populações historicamente invisibilizadas, como camponeses, indígenas, populações tradicionais, negros, mulheres e jovens. Nesse movimento de promoção da igualdade na diversidade, com ênfase na redistribuição de recursos e oportunidades para a promoção da justiça social, ecológica e econômica, aprofundou-se a democratização não só da sociedade, mas também do Estado com a abertura para a formulação e a implementação de políticas públicas a partir de experiências da sociedade. A Agroecologia fez parte e contribuiu nesse contexto de inovação democrática de políticas públicas que valoriza a participação, a diversidade, o conhecimento e a prática das populações tradicionais e da sociedade civil.

Assim, a democracia e a participação cidadã foram condições que permitiram potencializar e expandir o alcance do projeto agroecológico. A ruptura estabelecida pelo impedimento do mandato da presidenta Dilma Rousseff no Brasil impõe fortes ameaças, tanto à continuidade das ações de promoção da Agroecologia através de políticas públicas no país como também aos processos de participação democrática que fizeram possíveis a existência dessas políticas.

Ao mesmo tempo, os demais países da região perdem também esse laboratório de novo arranjo institucional que permitia à Agroecologia dar o salto qualitativo e quantitativo, via políticas públicas, para se tornar alternativa real de segurança e soberania alimentar em nível nacional.

Ante o contexto regional – e não só no Brasil – de nova onda de neoliberalismo e de propostas e governos autoritários conservadores, ganham importância os mecanismos de resistência e de avanço na construção democrática da Agroecologia. Dentro do leque de desafios e oportunidades que esses mecanismos assumem, gostaríamos de convidar o leitor a:

- Avançar numa leitura mais aprofundada da renovação da hegemonia do agronegócio no marco da região, do país e dos territórios, assim como das dinâmicas de resistência a essa hegemonia.
- Encarar o enfoque territorial como estratégia prioritária de atuação, facilitando a aproximação da proposta agroecológica à realidade de diversos grupos sociais.
- Conceber a transição agroecológica como um processo amplo e massivo que abre caminhos para um conjunto diverso de situações nas quais se encontram os agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais: desde os que estão visando incorporar o padrão de qualidade orgânica de uma forma mais imediata até outros que, por ora, pretendem a diversificação de cultivos, a redução ou a eliminação do uso de agrotóxicos e/ou a produção de alimentos saudáveis.
- Somar forças, desenhando metodologias que permitam a construção de parcerias com movimentos sociais e redes que venham a incorporar a agenda agroecológica em sua pauta de reivindicações.
- Destacar a importância da promoção e do aperfeiçoamento da gestão das organizações associativas da agricultura familiar – cooperativas, associações, grupos produtivos, etc. – como um instrumento que complementa e potencializa de forma coletiva os sucessos individuais.

E, finalmente, apesar dos limites, conclamamos a continuar o trabalho de influência nos governos, reivindicando políticas públicas adequadas, abrindo os merca-

dos institucionais e fazendo com que se criem condições para a construção de outros mercados. Sem essas políticas não será possível atingir a escala necessária para que a Agroecologia se consolide como uma alternativa real ao agronegócio.

#### GABRIEL B. FERNANDES

MSc e assessor técnico da AS-PTA  
gabriel@aspta.org.br

#### JORGE O. ROMANO

Dr. e professor do CPDA/UFRRJ  
coordenador da ActionAid Brasil  
jorge.romano@actionaid.org

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDERSON, C; PIMBERT, M.; KISS, C. **Construir, defender y fortalecer la agroecología** – una lucha mundial por la soberanía alimentaria. Holanda: Ilea; Center for Agroecology, Water&Resilience, 2015. 8p.

FLORES, C; SARANDÓN, S. 2014. Agroecología: Un paradigma alternativo al modelo convencional de Agricultura Intensiva. In: MELÓN, D. (Coord.). **La Patria Sojera** – El modelo agrosojero en el Cono Sur. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, 2014. p. 91-106.

IPES-Food. **From uniformity to diversity**: a paradigm shift from industrial agriculture to diversified agroecological systems. International Panel of Experts on Sustainable Food Systems, 2016. Disponível em: <[http://www.ipes-food.org/images/Reports/UniformityToDiversity\\_FullReport.pdf](http://www.ipes-food.org/images/Reports/UniformityToDiversity_FullReport.pdf)>. Acesso em: 10/10/2016;

PNUD. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <http://www.undp.org/content/brazil/pt/home/post-2015/sdg-overview/goal-1.html>. Acesso em: 10/10/2016.

WEZEL, A. et al. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agron. Sustain. Dev.**, v. 29, p. 503-515, 2009.